

14. Padre S. Bonnet, *Prières secrètes des Français d'aujourd'hui* (Paris, éd. du Cerf, 1976).

15. "L'univers de la France", coleção dirigida por P. Wolff (Toulouse, Privat).

16. Eis um exemplo de ricochete na longa duração. Leio num artigo de P. Veyne sobre "O amor em Roma" que a sociedade romana recorria com frequência à adoção, conjuntamente com a filiação natural. O fato me interessa por si mesmo, mas logo me faz pensar na atitude bem diferente das sociedades medievais e modernas que eram obsedadas pelo temor de que viessem a faltar herdeiros, mas onde a adoção não era praticada. Enfim, minha reflexão salta até nossa época contemporânea, em que a adoção proporciona aos pais uma liberdade de escolha e se torna mais frequente, mas onde ela ainda encontra obstáculos ao mesmo tempo psicológicos e jurídicos.

17. M. Agulhon, *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence* (Paris, Fayard, 1968); *Le cercle dans la France bourgeoise* (Paris, A. Colin, 1977).

18. R. Girardet, *L'idée coloniale en France, 1871-1962* (Paris, La Table Ronde, 1972).

PHILIPPE ARIÈS

1914-1984. Continuou suas pesquisas de história à margem de uma carreira não universitária. Tendo partido da história demográfica (história das populações francesas e de suas atitudes diante da vida — 1948), interessou-se pelos fenômenos intermediários entre o biológico e o mental (família, morte) e por suas consequências culturais (a educação, o tempo histórico, a religião popular). Eleito em 1978 diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

História da cultura material. in:
A NOVA HISTÓRIA. LE GOFF J.
1 vol. Martins Fontes, São Paulo
1-998

Texto 02

JEAN-MARIE PESEZ

História da cultura material

Em 1919, em plena guerra civil portanto, Lênin assina o decreto que institui a Academia de História da Cultura Material da URSS. Nesse acontecimento está inscrito o essencial dos fatos e das conotações que concernem à noção de cultura material: sua emergência tardia, sua evidente colusão com o materialismo histórico e a importância que lhe atribuem os marxistas, seu aparecimento num país socialista, suas relações privilegiadas com a história. Se acrescentarmos que a nova Academia assumia as atribuições da Comissão Arqueológica do regime czarista, designando assim o método arqueológico como a melhor via de acesso à história da cultura material, terminaremos de delinear os contornos da noção e da pesquisa que a reivindica.

A certidão de nascimento que o decreto de Lênin constitui registra uma data relativamente tardia. Não devemos nos surpreender com isso: ela se explica pela necessidade de uma longa maturação epistemológica no âmbito dessa extraordinária renovação do pensamento científico que caracteriza a segunda metade do século XIX. Sem dúvida, nenhuma das novas idéias é estranha a essa emergência e, menos que quaisquer outras, o positivismo e o cientismo que impregnam então as correntes de pensamento inovadoras. No entanto, foi preciso, sobretudo, que se rompessem os marcos demasiado estreitos, os das belas-letras, em que o humanismo encerrara o estudo do homem; foi preciso instaurarem-se as ciências humanas,

a sociologia e logo a etnologia, sem esquecer aquela história natural do homem que Darwin propõe. A obra decisiva de Darwin, "On the Origin of Species", é de 1859; naquela data, Comte já propusera o termo de "sociologia", e "A sociedade arcaica" de Morgan é de 1877.

O desenvolvimento das ciências humanas, no fim do século XIX, não se concebe fora da corrente evolucionista. À mesma corrente também pertence uma nova arqueologia, cujo desenvolvimento está para muitos na tomada de consciência da cultura material; uma arqueologia que leva em conta, em primeiro lugar, os aspectos materiais das civilizações e neles baseia a própria definição das culturas e sua evolução; a arqueologia pré-histórica. O "homem antediluviano" de Boucher de Perthes é de 1860.

Foi preciso, enfim, para que a cultura material se desprendesse da noção de cultura ou de civilização, delinear-se um modelo de evolução das sociedades humanas que recorresse às infra-estruturas, ser proposta uma teoria da história apoiada numa análise materialista que introduzisse em seus esquemas fatos concretos e mensuráveis: o materialismo histórico. O primeiro volume do "Capital" é de 1867.

"O capital" não emprega o termo "cultura material". Todavia, encontra-se sem dificuldade na obra de Marx um convite à construção de uma história das condições materiais da evolução das sociedades. Marx deseja uma história crítica da tecnologia, porque ele não dissocia o estudo dos meios de trabalho do homem no processo de produção do estudo da própria produção. E as relações que o homem mantém com a natureza pertencem à análise marxista, do mesmo modo que as relações do homem com o homem. Assim, em suas pesquisas para verificar a análise marxista aplicando-a às diversas situações do passado, os historiadores marxistas deviam necessariamente encontrar a cultura material, colocando-a em evidência. O fato de ela ter em parte escapado dos marxistas, ou pelo menos ter exorbitado amplamente da historiografia marxista, em nada diminui a dívida contraída com o materialismo histórico.

Resta também dessa herança o fato de que a cultura material ainda é essencialmente ligada à história. Embora a nova noção deva algo a todas as ciências humanas, foi no âmbito da história — e, neste, não será separada da arqueologia — que ela encontrou seu terreno predileto. Tudo acontece como se só nele ela fosse uma ferramenta conceitual útil e eficiente. É lícito espantar-se com isso, pois ela não deveria parecer menos útil em etnologia. Aliás, seria excessivo afirmar que a etnologia a ignora. Seu domínio é amplamente abordado pela antropologia cultural anglo-saxã e o próprio

termo faz sua aparição em etnologia, por exemplo, no Centro de Etnologia Francesa.

→ Tampouco podemos ignorar as pesquisas tecnológicas de André Leroi-Gourhan, cuja obra se revela capital na construção de uma história da cultura material. Contudo, é sem dúvida significativo que André Leroi-Gourhan seja um etnólogo-pré-historiador. E o fato é que a etnologia, sobretudo na França, a partir de Marcel Mauss e, mais ainda, sob a influência do estruturalismo, enveredou pelo estudo dos fenômenos superestruturais e privilegiou os simbolismos e as representações mentais, a magia, o donativo, os mitos e o parentesco. A cultura material se acha relegada ao nível dos trabalhos preparatórios, puramente analíticos e descritivos da etnografia. Às vezes, aliás, salvo exceções, ela não entra muito mais nas sínteses do historiador; mas este não está habituado (ainda não está?) a separar a elaboração de suas teses da análise dos materiais que a ela concorrem, nem a dissociar os esquemas explicativos das realidades vividas, em que se exprime a cultura material.

A cultura material está ligada à história e à arqueologia

Entretanto, mais ainda que dos historiadores, o novo domínio é um campo dos arqueólogos. Atestam isso os Institutos de História da Cultura Material da URSS e da Polônia, em que, sem estarem sós, os arqueólogos são mais numerosos e impulsionam a pesquisa. A princípio, o vínculo de filiação era evidente, como vimos com o decreto de Lênin. No Ocidente, embora os historiadores contribuam para a construção da nova disciplina praticando-a, o debate a que ela dá lugar é dominado pelos arqueólogos, como é o caso na Itália com Andrea Carandini, Diego Moreno e Massimo Quaini¹. E o primeiro editorial da revista *Archeologia medievale* fazia da cultura material o tema principal, destinado a reunir os trabalhos dos arqueólogos medievalistas. Na França, embora ainda não haja cátedras universitárias atribuídas à história da cultura material, as primeiras direções de estudos que reivindicaram esse título na *École Pratique des Hautes Études* foram as dos arqueólogos. Sua atividade no novo campo de pesquisas se explica sem dificuldade pelas suas fontes: são fontes materiais aquelas através das quais os arqueólogos abordam as sociedades do passado, de maneira que, nas reconstituições que propõem, os aspectos materiais das civilizações prevalecem naturalmente. Todavia, deve-se recordar que, durante muito tempo, a arqueologia buscou essencialmente, nos vestígios concretos, as manifestações das representações mentais sob to-

dos os seus aspectos religiosos e artísticos. Portanto, a arqueologia não chegou de uma só vez à cultura material: foi-lhe necessário o exemplo da pré-história e o impacto da renovação das ciências humanas.

O QUE É A CULTURA MATERIAL?

Se se tratar de definir a cultura material, nos voltaremos, pois, para aqueles que mais utilizam a noção e a expressão: os historiadores e os arqueólogos. Perceberemos, então, que eles não a definem², ou pelo menos não dão uma definição nominal, que dê conta brevemente e de maneira adequada da significação da expressão. Eles se limitam a empregar a noção como se os termos pelos quais é designada bastassem para defini-la, sem outra explicitação. Naturalmente, os debates que se efetuaram na Polônia ou na Itália em torno da cultura material decorrem de um esforço de definição, mas vê-se que, no fim, eles levam sobretudo a circunscrever o campo da pesquisa e a precisar o projeto proposto ao estudo da vida material.

No entanto, não é seguro que a idéia de cultura material seja óbvia. Os arqueólogos acusaram-na de realizar um corte arbitrário no todo de uma civilização. Mas esta é uma má acusação: ninguém pensa em negar o contínuo sociocultural. Trata-se simplesmente de aperfeiçoar uma ferramenta intelectual; é um procedimento constante do espírito delimitar campos separados para melhor apreender o real. A noção de cultura material não tem valor em si; só o tem se se revelar útil.

Cultura ou civilização material?

Sem querer propor uma definição que se pretenderia decisiva e universal, podemos observar o que supõe a materialidade associada à cultura. A cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura. No entanto, não é todo o conteúdo da resposta que se acha envolvido pela cultura material. A materialidade supõe que, no momento em que a cultura se exprime de maneira abstrata, a cultura material não está mais em questão. Isso designa não apenas o domínio das representações mentais, do direito, do pensamento religioso e filosófico, da língua e das artes, mas também as estruturas socioeconômicas,

as relações sociais e as relações de produção, em suma a relação entre os homens. A cultura material faz parte das infra-estruturas, mas não as recobre; ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo aliás o próprio homem, em seu corpo físico, um objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura.

Talvez seja necessário ainda evocar uma questão que não deixará de ser colocada: cultura ou civilização material? Parece ser possível discutir indefinidamente sobre as nuances que separam os dois termos, acerca dos quais não se tem certeza de que se refiram sempre a conceitos diferentes. Pode-se estimar que civilização é mais globalizante, que a palavra faz referência a um sistema de valores que opõe os civilizados aos bárbaros e aos primitivos, e que, por esses motivos, pode-se preferir cultura, que se coloca com mais facilidade no plural e que não implica hierarquia. Pode-se também sustentar que, em francês, na linguagem corrente, “cultura” e “material” são algo antitéticos. Contudo, cumpre admitir principalmente que o alemão e o esloveno dizem cultura onde o francês diria civilização e que a expressão em causa nos vem do Leste: cultura material parece consagrada pelo uso e a origem da noção. Enfim, antropólogos e pré-historiadores empregam de melhor grado cultura quando se trata de designar o conjunto dos objetos que caracterizam uma sociedade. Afinal, é bem possível que tudo isso seja um falso problema, na medida em que, como parece ser o caso, se dá o mesmo sentido a ambas as expressões e o mesmo conteúdo a civilização material e a cultura material³.

CULTURA MATERIAL E HISTÓRIA

Seria injusto e falso escrever que a história pretendeu, por muito tempo, ignorar a cultura material. Desde o século XIX, não vestimos mais (ou nem sempre) os heróis de Corneille, nem os de Shakespeare, à maneira de nossos contemporâneos. Portanto, alguma coisa aconteceu, uma tomada de consciência de que, evidentemente, a história é responsável. E é de novo uma tomada de consciência, mais aguda, da cultura material que nos leva a deplorar o abuso da túnica antiga nos filmes hollywoodianos: temos a sensação de que não basta um pedaço de véu para fazer de uma estrela americana uma contemporânea de César.

Um capítulo desprezado da história

Porém, embora a história não tenha ignorado a cultura material, durante muito tempo só teve por ela um interesse limitado.

Lembre-mo-nos do ensino que recebemos na escola ou no liceu. Nos cursos e em nossos livros, as eras pré-históricas definiam-se excepcionalmente por seus instrumentos de pedra, depois de bronze e de ferro. Depois delas, vinham os impérios e os reinos, que forneciam os títulos dos capítulos. Entretanto, encontrávamos em nossos manuais algumas páginas consagradas à vida cotidiana, em que era dado algum destaque à cultura material. A essas páginas devemos o fato de termos alguma noção das técnicas agrícolas dos egípcios, do barco de guerra de Salamina ou da toga do cidadão romano. Contudo, essas páginas eram mais numerosas nos manuais consagrados à Antiguidade, o que, sem dúvida, não é casual. No caso da Antiguidade, o historiador trata de tempos tão remotos, que os aborda um pouco do modo como o etnógrafo aborda os povos exóticos — tanto pelo vestuário, pela alimentação, pelas técnicas, como pelas crenças e pelos costumes. Ocorre também que, em grande parte, essas civilizações antigas só nos são acessíveis através da arqueologia; e a arqueologia, por sua própria natureza, informa mais sobre os aspectos materiais da vida do que sobre os acontecimentos ou as mentalidades.

Fora dos capítulos consagrados aos tempos mais remotos, nossos livros de história se limitavam a saudar, meio de passagem, o moinho de água e a coalheira para os cavalos de tiro, o leme de cadaste e a invenção de Gutenberg, os esmaltes de Palissy, o café de Madame de Sévigné, o tabaco de Nicot e o tubérculo de Parmentier, até a máquina a vapor que puxava todo um trem de progressos técnicos. Em suma, o fatual da história material dos homens, um fatual em parte lendário. Bernard Palissy, pelo que parece, dominava as técnicas de sua publicidade pessoal muito melhor do que as da cerâmica esmaltada. Sabe-se que Parmentier não introduziu a batata na França: ele apenas procurou tirar da batata uma farinha panificável, sem sucesso, aliás.

Um estudo abandonado aos eruditos de província

Com um tempo de atraso, como sempre, a história ensinada refletia a que se construía nas universidades e nos meios eruditos: a história de Lavis, de Seignobos, das coleções Glotz ou Halphen e Sagnac, a história que erguia o edifício fatual. A cultura material era relegada, então, à prateleira das curiosidades do bazar histórico: era abandonada aos eruditos de província e aos amadores sem ambição. Não obstante, ela caminhava nesses andares de baixo da ciência. O arqueólogo medievalista sabe que tem pouco a esperar

dos manuais e das teses redigidas na primeira metade deste século, inclusive das que são consagradas à arqueologia medieval — pensamos, aqui, em Camille Enlart. Ele sabe que, nas revistas das sociedades científicas, ele pode, em compensação, encontrar estudos nada desprezíveis — os únicos que foram consagrados à cerâmica medieval figuram nesse tipo de publicação.

Entretanto, não devemos esquecer alguns estudiosos de outra envergadura. Quase todos pertencem às gerações anteriores à grande esterilização da história pelos universitários e são, em geral, pesquisadores que permaneceram bem próximos das fontes, com frequência alunos ou até mesmo professores da École des Chartes: Jules Quicherat, historiador do vestuário (1875), Léopold Delisle, historiador da agricultura (1851), Victor Gay, autor de um precioso glossário arqueológico da Idade Média, e ainda Douët d'Arcq, Jules Finot e os Prost. Mas, sem dúvida, seria preciso pôr em primeiro plano Michelet, demasiado preocupado com a condição humana para esquecer a vida material, e Viollet-le-Duc, cujo "Dicionário do móvel francês" foi tratado com demasiado desdém.

A escola dos Annales

Entre as duas guerras, fora da escola dos *Annales* praticamente só podemos assinalar alguns raros pesquisadores originais, como os comandantes Quenedey e Lefebvre des Noettes⁴. Mas tudo começou a mudar com a escola dos *Annales*: ela abriu amplamente o domínio do historiador, em particular introduzindo nele a cultura material. Com Marc Bloch, temos a descoberta da paisagem rural e, portanto, das massas camponesas que a modelaram, temos a atenção dispensada às técnicas medievais, ao moinho de água, ao estribo, ao arado⁵. Lucien Febvre, embora tenha sido, antes de mais nada, um historiador das mentalidades, também prestou muita atenção aos progressos de todas as ciências humanas, e seu interesse pela etnologia e a geografia fez que levasse em conta a cultura material. Com "A terra e a evolução humana", ele se revela o iniciador de uma história ligada ao solo, ao meio, ao meio ambiente dos homens, história que foi magnificamente realizada pela tese de Fernand Braudel, "O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II"⁶.

Fernand Braudel, à frente da VI seção da École Pratique des Hautes Études, lançou ou suscitou as enquetes entrevistas por Marc Bloch ou Lucien Febvre (vida material e comportamentos biológicos; história da alimentação; arqueologia da aldeia desertada). An-

tes de mais nada, ele é o autor da primeira grande síntese sobre a história da cultura material, "Civilização material e capitalismo"⁷. Portanto, é a essa obra que perguntaremos o que é a cultura material e o que pode ser a sua história.

As massas silenciosas são colocadas em primeiro plano

O arqueólogo italiano Andrea Carandini censurou Fernand Braudel por não definir a noção que é o objeto do seu livro, ou defini-la apenas por metáforas ou imagens literárias. É verdade, se bem que mais de uma fórmula devida à pluma do historiador francês valha uma definição, de tão certa, com uma felicidade de expressão sem igual. Mas devemos nos deter de imediato no título, que associa cultura material a capitalismo. É necessário compreender que, para o autor, o estudo da cultura material é, pelo menos no período considerado (séculos XV a XVIII), indissociável do estudo do capitalismo. Poderia ser possível até que lhe fosse subordinado. "A grande obra de Fernand Braudel", escreveu Jacques Le Goff, "não deixou o novo domínio invadir o campo da história sem subordiná-lo a um fenômeno propriamente histórico, o capitalismo."⁸ De fato, para Fernand Braudel, a vida material é como que o andar térreo de uma construção cujo andar de cima é constituído pelo econômico. Tem-se aí como que uma minoração da história da cultura material sobre a qual o historiador pode se interrogar. No entanto, é preciso admitir que a vida material só fez um ingresso ainda bastante tímido na história, no momento em que a histórica econômica prepondera, após ter empurrado a narrativa fática a fim de tomar seu lugar, o primeiro. A história da cultura material continua procurando se encontrar; ela ainda não soube forjar seus conceitos, nem desenvolver todas as suas implicações.

Assim, Fernand Braudel afirma, através de seu livro, a dignidade do estudo da vida material, proclama majoritária a história das massas e inverte os esquemas habituais, colocando "prioritariamente" essas próprias massas em primeiro plano, abrindo primeiramente suas páginas "aos gestos repetidos, às histórias silenciosas e como que esquecidas dos homens, a realidades de longa duração, cujo peso foi imenso e o barulho apenas perceptível".

Dessas premissas reteremos que a história da cultura material é a da maioria e que vida material e vida econômica são, ao mesmo tempo, intimamente ligadas e nitidamente distintas. Para Fernand Braudel, a vida majoritária é constituída pelos objetos, as ferramentas, os gestos do homem comum; só essa vida lhes diz respeito na

cotidianidade; ela absorve seus pensamentos e seus atos. Por outro lado, ela estabelece as condições da vida econômica, "o possível e o impossível".

Os temas: pão, moradia, vestuário...

O número ainda abre o livro de Fernand Braudel: o número dos homens. "A vida material são os homens e as coisas, as coisas e os homens." Portanto, também os homens, o que implica pertencer a demografia histórica à história da cultura material. Contudo, depois da guerra, a demografia histórica desenvolveu-se tão amplamente que constituiu uma ciência autônoma. Contudo, é verdade que teríamos dificuldade para dissociar os dois domínios: o corpo, com as "técnicas do corpo", com as doenças e as práticas médicas, não pode escapar da cultura material. Pelo menos, há intercâmbios constantes com a demografia histórica: a história da cultura material utiliza os dados desta e também lhe fornece dados.

Com o "pão de cada dia", temos uma verdadeira conquista da história da cultura material. Sem dúvida, faz muito que os períodos de penúria alimentar retêm a atenção do historiador; pouco menos tempo do que o preço e o comércio alimentam os estudos dos economistas. Todavia, o pão de cada dia é, para Fernand Braudel, algo bem diferente: os regimes calóricos, a mesa e seu bem-viver, os cardápios, o supérfluo e o ordinário. E não se trata apenas do pão e do vinho, mas da importância da carne e do peixe, das fortunas do chá e do café, do domínio do vinho e do domínio da cerveja, das conquistas do álcool e do tabaco. E Fernand Braudel cesejou, muito mais do que uma história do pão e do vinho, uma história "das associações alimentares da maneira como os geógrafos falam de associações vegetais".

Muito mais do que a história das técnicas

Em "Civilização material e capitalismo", a habitação e o vestuário ocupam um lugar duas vezes menor que o da alimentação. Foi nesse ponto que as pesquisas progrediram mais lentamente, em função de uma documentação freqüentemente anedótica, freqüentemente consagrada ao excepcional. Sem as contribuições recentes e ainda limitadas da arqueologia, nada se saberia da moradia do camponês medieval, que o miniaturista tinha manifesta repugnância em representar; ou viveríamos de idéias preconcebidas que queriam de-

la fazer um casebre, na melhor das hipóteses uma "choupana", na pior um "barraco" isolado e miserável! Importância, pois, da pesquisa arqueológica para a história da cultura material. Contudo, moradia e vestuário são colocados pelo autor sob o signo do supérfluo e do ordinário. Aqui, o que ele retém é a diferença entre a casa do camponês e a residência burguesa, entre civilizações ricas e civilizações pobres. A dimensão histórica, cronológica, da cultura material soma-se pois uma dimensão social e uma dimensão espacial.

Enfim — e mais tardiamente do que se esperaria —, vem a difusão das técnicas. Difusão, e não invenção: aqui, também, o que conta é a quantidade e a duração, não a exceção, não o acontecimento. Mas, quem sabe, poderíamos pensar que a história da cultura material se confundia com a história das técnicas. Embora Fernand Braudel diga que "tudo é técnica", ele também escreve: "a técnica nunca está só." A vida material é um complexo que não se reduz à técnica, a não ser que se amplie desmedidamente o conceito desta.

Uma ausente em "Civilização material e capitalismo": a terra. A terra, que é o grande recurso dos homens, eles próprios postos à parte, e que seu trabalho modifica sem cessar. No entanto, pode-se ter certeza de que Fernand Braudel não a esqueceu involuntariamente: a terra e o mar estão no centro da sua tese, "O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II". Os países mediterrânicos talvez proporcionem o exemplo mais notável da marca que o homem pode imprimir na paisagem. Os gregos e os romanos não reconheceriam mais aquela orla de escarpas nuas de onde a floresta desapareceu, nem esses pomares e jardins onde crescem plantas desconhecidas da Antiguidade e que, no entanto, nos parecem tão mediterrânicos: os citros, os tomates, os pessegueiros, a figueira-da-barbaria...

Talvez Fernand Braudel não tenha dado da cultura material uma definição irrepreensível. Fez melhor que isso: ele a fez brotar das hesitações da história e, em face da esterilidade das teorias, plantou-a, rude e complexa, viva.

CULTURA MATERIAL E HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL

Foi na Europa socialista que a noção de cultura material se aclimatou há mais tempo; e foi desses países que a recebemos em boa parte. Contudo, neles a história da cultura material não foi aceita sem levantar problemas teóricos. Na Polônia, a criação do Instituto de História da Cultura Material propiciou um importante deba-

te, cujo teor ou os ecos encontramos a partir de 1953 nos *Kwartalnik Historii Kultury Materialnej*. Não é muito difícil apreender a dificuldade com que se chocou a escola histórica marxista: ela consiste em situar a cultura material em relação ao fato socioeconômico.

A história global, aquela a que tende a escola dos *Annales*, não teria nenhuma razão de se colocar o mesmo problema. Os marxistas a designam, não sem desdém, como história empírica e, se bem lhe concedam o mérito de ter aperfeiçoado instrumentos metodológicos superiores, recusam-lhe qualquer conteúdo teórico. Tratando-se da cultura material, eles reconhecem que a escola dos *Annales* tirou-a do nada em que a mantivera a história política, mas sentem-se tentados a acusá-la de superestimá-la. O objeto do debate é, pois, que a história não supervalorize a cultura material depois de tê-la subestimado. Não obstante, note-se que a história global só lhe atribui, por enquanto, uma posição não marginal, mas subordinada, e subordinada à história econômica: foi o que se leu através do livro de Fernand Braudel. Quais podem ser as razões de tal opção no âmbito de uma concepção da história que se diz empírica? Talvez o fato de que a história da cultura material ainda esteja no estágio da coleta de materiais, sem se prestar facilmente à teorização. Por enquanto, a história econômica e social parece ser a única em condições de estruturar o passado. Todavia, a preeminência concedida ao fato socioeconômico só se justifica, ainda que seja implícita, por referência a um pensamento para o qual a matéria é organizada de acordo com uma teoria: o materialismo histórico.

E se os marxistas hesitam quanto à importância a atribuir à cultura material, fazem-no precisamente em função do materialismo histórico. Neles o debate exprime ao mesmo tempo atração e desconfiança em relação ao novo domínio da pesquisa. Ambas se explicam. A cultura material situa-se manifestamente nas infra-estruturas: as inércias materiais não podem ser indiferentes ao materialismo histórico, que busca nas infra-estruturas os motores da evolução histórica. Contudo, atribuir à história da cultura material um estatuto independente comporta um risco, o de emprestar aos fatos que estuda um peso igual ao do fenômeno social; ou, o que seria ainda mais grave, admitir que possa haver fatos históricos que não sejam sociais e explicar os fenômenos sociais por fenômenos extra-sociais.

As condições materiais não são causas

Entretanto, os historiadores marxistas acreditaram que era possível estudar a cultura material sem, com isso, introduzir uma me-

dição entre o fato social e o fato histórico, sem com isso produzir uma explicação baseada, por exemplo, no desenvolvimento da matéria e da energia. Isso consiste em levar em conta as condições materiais em que se desenvolvem as relações sociais e nelas ver os meios da produção sem lhes atribuir um valor de causalidade. Digamos, como Fernand Braudel, que se trata de pesar o *possível* e o *impossível*; não é designar o *por que*, nem o *como*.

Para Aleksander Gieysztor, o novo domínio é constituído pelos “meios de produção, ao mesmo tempo que pelos meios de trabalho, os objetos manufaturados, as forças produtivas e os produtos materiais utilizados pelos homens”. Em suma, como se vê, tudo o que relaciona com a produção, salvo a produção. Aleksander Gieysztor também toma emprestado de Henri Dunajewski uma análise que tem a vantagem de reduzir a quatro os elementos da cultura material:

1. os meios de trabalho (o homem, as ferramentas);
2. o objeto do trabalho (as riquezas materiais, as matérias-primas);
3. a experiência do homem no processo de produção (as técnicas);
4. a utilização dos produtos materiais (o consumo).

A análise de Jerzy Kulczycki tem o mérito de ser ainda mais simples e rigorosa, pondo em relevo três componentes que são a natureza, o homem e os produtos, mas, é claro, em sua relação com a produção. Para Kulczycki, o objeto da história da cultura material são:

1. os meios de produção tirados da *natureza*, bem como as condições *naturais* de vida e as modificações infligidas pelo homem ao meio *natural*;
2. as forças de produção, isto é, os instrumentos de trabalho, os meios *humanos* da produção e o próprio *homem* com sua experiência e a organização técnica do *homem* no trabalho;
3. os *produtos* materiais obtidos desses meios e por essas forças, ou seja, os instrumentos de produção e os produtos destinados ao consumo.

Tais análises situam com clareza a posição que a cultura material deve ocupar na construção histórica. Elas sublinham o interesse que seu estudo apresenta para o historiador marxista. Seria de esperar ver, depois disso, a cultura material intervir em todo esquema do processo histórico inspirado no marxismo. Constatase que tal não acontece. Salvo sob o aspecto de algumas técnicas — abordadas, aliás, do ponto de vista econômico — e sob seu aspecto demográfico, ela não desempenha praticamente nenhum papel na

“Teoria econômica do sistema feudal”⁹ de Witold Kula (que, contudo, tanto fez pelo desenvolvimento da história da cultura material), nem tampouco no modelo do modo de produção feudal proposto por “A crise do feudalismo”, de Guy Bois¹⁰. Decerto não se negará aos historiadores marxistas o fato de terem desbravado extensamente o novo campo de pesquisas, mas tudo acontece como se este permanecesse um pouco externo a seu projeto. Fica entendido de antemão que é nas relações sociais que se deve buscar a significação dos fatos materiais. Fica estabelecido desde o início que o fato socioeconômico explica os traços da cultura material, e não o inverso. A partir daí esse domínio carece de atrativos para quem só vê na história a elaboração de uma teoria da evolução das sociedades.

CULTURA MATERIAL E HISTÓRIA DAS TÉCNICAS

As técnicas de ação do homem sobre a matéria, indissociáveis do trabalho, pertencem aparentemente ao domínio da cultura material. Contudo, parece ser possível discernir a esse respeito duas atitudes radicalmente opostas, uma das quais consiste em excluir a história das técnicas e a outra em reduzir a história da cultura material à das técnicas. De fato, nenhuma dessas duas propostas é claramente formulada por ninguém, porém são mais ou menos implícitas em certos posicionamentos.

Primeira atitude: rejeita-se a história das técnicas

A primeira, a da rejeição, é bastante bem representada pela desconfiança de certos historiadores marxistas em relação à tecnologia. Nada muito surpreendente nessa desconfiança, que se assemelha às críticas dirigidas a uma história da cultura material que aspirasse à autonomia. Não controlada, a tecnologia pode vir constantemente a derrapar e a atribuir às técnicas um papel determinante, causal, no processo histórico.

As sociedades feudais se fazem acompanhar de certa tecnologia, a das armas e, mais ainda, a da cavalaria pesada, apoiada no desenvolvimento do cultivo da aveia e na adoção da ferradura e do estribo. O cavalo garante à aristocracia militar uma superioridade decisiva, ao mesmo tempo que implica uma educação adequada e que desenvolve atitudes psicológicas particulares. Sobretudo, para sua manutenção e a do cavaleiro dedicado ao exercício, ao esporte equestre, à caça e ao torneio, ele supõe a posse de grandes bens,

que forneçam vastos excedentes. Com que então o cavalo faz o cavaleiro? Talvez, mas fará o feudal? Admitir a coisa assim, dessa forma caricatural, equivaleria sem dúvida a omitir várias outras condições, especialmente econômicas, inerentes ao feudalismo. Todavia, a tentação existe, e o passo que separa a técnica do social foi dado por certos historiadores, especializados na tecnologia do passado.

Porém, sem tomar partido, é bastante fácil aplacar as inquietações. Mais uma vez, a história da cultura material estuda condições, no sentido de "contexto material"; ela não designa necessariamente as causas. Sequer é certo que ela seja "possibilista". Que uma revolução econômica só seja possível quando as técnicas necessárias estão aperfeiçoadas e prontas para serem aplicadas é devesas evidente. Mas o desenvolvimento técnico não obedece apenas a leis internas, que ligariam o progresso ao progresso; ele responde sobretudo a solicitações que lhe são externas, que provêm da economia, cujas necessidades manifestam.

Talvez exista outro motivo para a reação de rejeição que a história das técnicas às vezes provoca. Podemos nos perguntar se não há nisso como que uma confissão de impotência, se a técnica não assusta o historiador devido à alta especialização que requer. Para um intelectual, não é fácil penetrar o mundo dos artesãos e dos mecânicos, mesmo quando se trata da era pré-industrial. Os arqueólogos conhecem bem essa dificuldade, que encontram inclusive quando se dedicam a um ofício tão simples (em aparência) quanto o de oleiro: a unanimidade está longe de reinar sobre as técnicas que puderam produzir esta ou aquela característica de um vaso, especialmente sua cor ou o aspecto da massa. Também se escreveram muitas bobagens sobre os pincéis, as cores e os procedimentos dos artistas magdalenianos, que criaram as obras-primas da pintura rupestre*. Como então o historiador poderia abraçar domínios tão variados quanto os da construção, do têxtil, da agricultura, da navegação, da forja, da ourivesaria...? A pergunta merece ser feita. Seria demasiado fácil e desinteressante zombar da nossa capacidade. É indubitável que o trabalho mais encarniçado não nos levaria a vencer o obstáculo. A façanha de André Leroi-Gourhan, em "Evolução e técnicas"¹¹, parece difícil de ser renovada. Ainda assim — e precisá-lo em nada diminui seu mérito —, o grande pré-historiador limitou-se às técnicas relativamente elementares das civilizações di-

* O *magdaleniano* (de *Madeleine*, nome de um importante abrigo pré-histórico em Tursac, na Dordonha) é o último período do paleolítico, a que pertencem entre outros os célebres afrescos de Altamira. (N.T.)

tas tradicionais. E a história não se detém no limiar da revolução industrial.

Mas a resposta é bastante clara: o que supera as capacidades de um só se torna possível fazer a muitos. É um problema de especialização e trabalho em equipe. Contudo, por causa das suas dificuldades, a história das técnicas não deve ser abandonada aos técnicos, como a história da filosofia o foi aos filósofos e a história das ciências aos cientistas. Se viesse a ser, a história não se reconheceria mais num discurso em que ela se reduziria a uma seca cronologia.

Segunda atitude: a cultura material se reduz à história das técnicas

A outra atitude consistiria em proclamar, como Fernand Braudel — mas com as nuances e os remorsos que se sabe —, que "tudo é técnica". O que não é sustentável, a menos que se amplie desmedidamente a noção de técnica. As técnicas não são mais que um aspecto do elemento humano na cultura material: a experiência do homem no trabalho. São um componente; não é toda a cultura material. E talvez seja pena, porque isso nos priva de um meio cómodo para definir as culturas materiais, caracterizando-as por seu nível técnico. A obra de André Leroi-Gourhan seria, então, um guia precioso e o padrão necessário para nossas medidas. Tanto por seu título "Evolução e técnicas (O homem e a matéria; meio e técnicas)", como por seu conteúdo, em que todo o campo da cultura material se acha incluído, até o consumo, ela evoca vigorosamente a atitude que consiste em assimilar o novo domínio ao das técnicas, ainda que tal não seja explicitamente o propósito do autor. Sem dúvida, é normal que um antropólogo familiarizado com o desenvolvimento dos instrumentos, no decorrer dos tempos pré-históricos, seja fortemente sensível ao progresso técnico e nele veja o signo (quem sabe o motor?) da evolução cultural. É necessário admitir que é precisamente nesse domínio, o das técnicas, que a noção de progresso é mais aceitável. O pré-historiador também sabe que, desde o *homo sapiens*, o homem biológico não evoluiu de maneira sensível ou que sua evolução é tão lenta que escapa à observação. A capacidade craniana é, hoje em dia, a mesma do homem de Cro-Magnon. A própria longevidade (mas não a expectativa de vida) não é maior em nossos dias do que era na idade da pedra. Só o instrumental do homem progrediu e, necessariamente, seu desenvolvimento acarretou o de toda a cultura material. Por conseguinte, a noção de nível técnico nos in-

teressa: embora ela não baste para caracterizar um conjunto mais vasto que exorbita em muito das técnicas, pelo menos ela deve intervir na definição das culturas materiais.

André Leroi-Gourhan soube destacar as relações que se estabelecem entre as técnicas: “Quase não se notou que quem possui o fuso também tem o movimento circular alternativo, e quem possui a roda de fiar tem o moinho e o torno do oleiro.” Com esse tipo de associações estamos no caminho das estruturas que a história da cultura material deveria individuar para introduzir uma coerência nos fatos que estuda. E essas relações fundam as definições dos níveis técnicos além dos quais André Leroi-Gourhan percebe estágios da evolução, estágios caracterizados pelo domínio de certo número de técnicas reveladoras: o primeiro estágio (o mais recente) é ligado à indústria; o segundo, à associação das três técnicas principais (agricultura, pecuária, metalurgia); o terceiro, à posse de apenas uma dessas técnicas, etc. Sem dúvida, podemos questionar os critérios utilizados, mas não se pode ignorar o enorme trabalho de pioneirismo que a obra de André Leroi-Gourhan representa. Merece algo melhor do que o silêncio que os historiadores fizeram em torno dela. Sem dúvida, eles não estavam preparados para recebê-la. O tempo não estava maduro para uma história da cultura material.

A CULTURA MATERIAL NOS LIVROS DE HISTÓRIA

Uma síntese, embora limitada a alguns séculos, como a que o belo livro de Fernand Braudel propõe, baseia-se necessariamente em numerosos trabalhos de detalhe. Ela supõe um desenvolvimento suficiente da pesquisa e seu rápido avanço, pois se trata de um domínio relativamente novo.

Uma bibliografia dispersa: pesquisas frutuosas

A bibliografia da história da cultura material já conta alguns livros que abordam, cada um deles, um seu setor particular: “História do clima desde o ano mil”, “Os homens e a peste”, “Atlas das plantas alimentícias”, “O comedor no século XIX”, “A casa na história”, “O vestuário, imagem do homem”, sem falar das obras consagradas à história das técnicas, são alguns dos títulos mais sugestivos e mais recentes¹². Entretanto, também devemos levar em conta as obras de objetivo mais geral, que tratam da vida material em um ou vários de seus capítulos. É o caso das histórias da civili-

zação: “A civilização do Ocidente medieval”, de Jacques Le Goff, proporciona um vastíssimo e fortemente estruturado panorama da cultura material da Idade Média “clássica” (séculos XI-XIII)¹³. A história rural que, a partir de Marc Bloch, multiplicou suas empresas, tampouco deixa de abordar a cultura material por intermédio das terras agricultadas, das plantas cultivadas, do instrumental e das técnicas agrícolas, mas pode-se estimar que ela ainda se consagra essencialmente a evidenciar as relações sociais¹⁴. Em compensação, é preciso dar uma ênfase particular às obras publicadas com o nome de “A vida cotidiana”, título de uma coleção já antiga, mas que continua a dar provas de grande vitalidade. A noção de vida cotidiana é das mais vagas, o bastante, em todo caso, para autorizar os autores a injetarem em seu plano uma grande parte do saber histórico, sendo, afinal, o acontecimento o único ausente. Ao mesmo tempo, essas obras desfrutam amplamente da evolução de uma pesquisa que deixou de privilegiar o acontecimento e que se abriu à cultura material. Com o tempo, o produto também melhorou singularmente: ele repudiou a anedota e não se nutre mais apenas nas fontes literárias. Pode-se medir o caminho percorrido comparando-se o recente livro de Philippe Contamine¹⁵ com “A vida cotidiana na época de Joana d’Arc”.

Os conhecimentos adquiridos já são numerosos

Sustentada pela corrente ecologista, uma acolhida calorosa é reservada hoje a obras apaixonantes e truculentas, publicadas às vezes na mesma coleção e que reproduzem com felicidade a vida camponesa inclusive em seus aspectos materiais¹⁶. Trata-se ainda de história, ou não é, ao invés disso, etnografia (até mesmo “auto-etnografia”)? Pouco importa, pois, para tratar da vida material, o historiador deve fazer-se etnógrafo; e o “Montaillou” de Emmanuel Le Roy Ladurie aí está para firmar a coerência e a validade de uma etnografia do passado¹⁷.

Livros, capítulos de livros, sobretudo artigos: estes últimos são numerosos nos *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, agrupados sob a rubrica “Vida material e comportamentos biológicos”, ou em números especiais consagrados a “História biológica e sociedade” (nov.-dez. 1969), “História e urbanização” (jul.-ago. 1970), “História do consumo” (mar.-jun. de 1975), “Antropologia da França” (jul.-ago. 1976), “O clima e a história” (mar.-abr. 1977), ou ainda nos *Cahiers des Annales*¹⁸. Esses estudos, por mais numerosos que já sejam, talvez não componham uma história da cultura

material, que ainda precisa ser escrita, que ainda é descontínua no tempo e no espaço, que ainda nem sequer conquistou sua autonomia: os autores em questão por vezes só tratam dela indiretamente, e alguns talvez tenham a sensação de serem alistados à força sob um pavilhão estrangeiro! No entanto, através de uma bibliografia dispersa, já percebemos pesquisas bem encaminhadas, hipóteses frutuosas e certo capital de resultados¹⁹.

Uma história da terra

Os diversos setores da pesquisa não caminham ao mesmo passo. A história da terra não é a mais bem servida, apesar da sua anterioridade e apesar da tradição universitária que, na França, associa a geografia à história. Pode ser até que a tomada de consciência, já antiga, da influência do meio natural tenha levado a escola francesa de geografia humana a uma espécie de impasse: o fatalismo geográfico, um determinismo primário, que os dados da história e da etnografia hoje condenam. Nem hoje, nem ontem, a casa²⁰, por seus materiais e sua forma, esteve em estreita dependência das condições climáticas ou dos recursos locais. Na Inglaterra medieval, construiu-se por muito tempo com madeira nas regiões em que a pedra abundava, antes de se empenhar em edificar casas de pedra em zonas desprovidas de pedreiras. A casa não é sequer um ato natural e universal, pois povos que habitam regiões de clima frio, e até mesmo rigoroso, como as zonas da Terra do Fogo, ou os aborígenes da Tasmânia, contentam-se com pára-ventos.

A antiga reverência da história para com a geografia também revelou-se estéril. Na maior parte dos casos, ela produziu apenas capítulos preliminares que, no máximo, definiam o contexto topográfico de um estudo histórico em que a influência do meio não mais se fazia sentir em seguida. Contra essa "concepção limitada das relações entre o homem e o meio", que encerra a intervenção humana nos limites de um possibilismo estreito, faz-se hoje apelo a uma dinâmica do espaço. A noção de "meio natural", que se tornou praticamente um mito, substitui-se a idéia de um ecossistema lentamente criado e modificado pelo homem: o espaço rural, em que agiram, numa sucessão de equilíbrios provisórios e sempre instáveis, múltiplos determinismos, tanto sociotécnicos quanto naturais²¹.

Paradoxalmente, essa intenção se harmoniza bem com uma história da Terra, independente de qualquer finalidade humana: a história do clima escrita por Emmanuel Le Roy Ladurie visa estabelecer os fatos sem prejudicar a sua influência sobre a história dos

homens. A partir das datas das vindimas, dos movimentos glaciais e de outros dados indiretos contidos em nossos arquivos, ela pôs em evidência a "pequena idade glacial" dos séculos XVII e XVIII, anunciada pela deterioração climática do fim da Idade Média, sucessiva a um aquecimento que se estendeu do meio do século XII ao fim do século XIII.

Da demografia à biologia

A história do homem físico, por sua vez, progrediu a passos de gigante, pelo menos quando se trata da quantidade de homens, do nascimento e da morte: é o domínio da demografia histórica, que já se encontra na hora das sínteses em escala mundial, que conquistou sua autonomia científica e que, por temor de ser tachado de imperialista, ninguém ousaria anexar pura e simplesmente à cultura material. Entretanto, pode-se fazer caso de uma antropologia histórica que se interessa pela aparência física, pelos comportamentos biológicos e pelas doenças?

A história se apóia em técnicas médicas

A história das doenças²² não é uma conquista recente. Em todos os tempos, ela atraiu os médicos que, no entanto, deram-lhe um aspecto por muito tempo anedótico. Hoje, baseada em documentos quantitativos e apoiada na estatística, ela nos mostra a lepra presente desde a alta Idade Média, recuando depois no fim da Idade Média para subsistir até ontem em alguns bolsões residuais. Ela nos lembra que a tuberculose já causava estragos nos tempos romanos e nos ensina que a sífilis sem dúvida existia em estado endêmico no continente eurasiático, bem antes da descoberta da América. Ela tratou das carências, das doenças da subnutrição, dos males físicos das classes pobres e das sociedades urbanas. Sobretudo, ela pôs em evidência a amplitude, os ritmos, os caminhos do fenômeno "peste" na Idade Média (no século VI, depois a partir de 1348) e nos Tempos Modernos. Hoje, é dificilmente concebível que a história fátual pôde durante tanto tempo e com tanta soberba ignorar um acontecimento da dimensão da grande pandemia de 1348 que, com suas repetições quase decenais, em menos de um século reduziu a população do Ocidente numa proporção que se situa entre a terça parte e a metade.

A antropologia histórica, novamente sob o impulso de Emmanuel Le Roy Ladurie²³, que partiu de uma análise fatorial dos

arquivos do exército, também esboça um curioso mapa da França no início do século XIX, em que, de acordo com uma linha que vai de Saint-Malo a Genebra, uma França de olhos e cabelos claros e grandes estaturas se opõe a uma França de olhos e cabelos escuros e pequenas estaturas. No entanto, a França de outrora era mais “clara” que a de hoje, e os olhos escuros tendem a prevalecer. Também há, no século XIX, uma França das cáries (Normandia, Bacia parisiense), uma França do bócio (as regiões montanhosas), uma França da tinea (o Vale do Sena, o Norte e o Sudoeste), da escrófula (o Oise e o Cantal), da tísica... Associando-se à história, a hematologia também chega a resultados surpreendentes que põem em dúvida o pretenso povoamento do Sudoeste da Europa pela raça de Cro-Magnon e fazem dos bascos os melhores representantes da herança biológica dos povos do neolítico.

As variações da alimentação

A história da alimentação também progride, apesar da resistência das fontes, não raro limitadas a meios bastante particulares: pensionistas de colégios, população hospitalizada, racioneiros da marinha ou do exército. Todavia, colóquios reúnem com cada vez maior frequência historiadores, arqueólogos e nutricionistas, conduzem a pesquisa ao caminho desse estudo dos regimes alimentares que Fernand Braudel desejou. Uma história do pão ou do vinho²⁴ — que, aliás, teve a sua utilidade — tende a ser substituída por uma história dos equilíbrios calóricos e nutritivos, também uma história do gosto, com todas as suas conotações sociais, econômicas e psicológicas. Alguns fatos começam a se impor: um Ocidente medieval e moderno, antes de mais nada consumidor de trigos (que precisamos escrever no plural, já que esse termo designava grande número de cereais, tanto a aveia, a cevada e a espelta, como o frumento), que vê pouco a pouco eclipsar-se a cevada, desaparecer o painço, impor-se o centeio, mas que nada ganha com isso no plano nutricional; ele sofre permanentemente de uma insuficiência de proteínas animais, malcompensada pelo consumo de peixe, de laticínios e de leguminosas, “esta carne do pobre” (M. Aymard). O vinho, preferível como quer que seja a uma água incerta, se apresenta como um complemento energético: seu consumo, que aumenta nos Tempos Modernos, proporciona calorias baratas. Os trabalhos de Louis Stouff²⁵ e de alguns outros pesquisadores confirmaram, porém, um máximo de alimentação baseada em carne no fim da Idade Média: o consumo de carne de uma cidade como Carpentras é, então, su-

perior ao que será até mesmo no século XIX, o que também é válido para outras cidades e regiões, como a Sicília. Trata-se, é verdade, de uma carne de qualidade muita vez duvidosa, mas é notável o contraste com a monotonia dos cardápios da idade clássica e do século das Luzes, em que a carne só faz raras aparições, até, por vezes, desaparecer totalmente, como foi o caso entre os camponeses sicilianos. Estamos longe, aqui, da narrativa anedótica, ou da simples oposição, fundada mas sumária, entre o fasto da mesa aristocrática e a magra ração do pobre. Também é digno de interesse notar, com Fernand Braudel, a grande transformação do gosto que marca o século XVIII: o recuo das especiarias, que se tornaram menos necessárias para conservar e temperar as carnes, e o advento dos pratos doces. E também constatar que é preciso todo o século XIX para que os novos hábitos alimentares ganhem o campo francês.

O domínio privilegiado da arqueologia

A casa proporciona um terreno de encontro para os historiadores, os geógrafos e os etnólogos. Contudo, o historiador é o que menos está à vontade, amarrado por uma documentação limitada às construções de prestígio ou aos dados econômicos: o castelo ou a residência burguesa lhe são mais acessíveis do que a morada camponesa, estereotipada pelo pintor ou pelo miniaturista, quando não é radicalmente ignorada. Quanto à Idade Média, com maior razão ainda quanto à Antiguidade, a intervenção do arqueólogo é essencial; e as coisas pouco mudam com os Tempos Modernos, em que, mais que documentos, esperam-se as informações de uma espécie de arqueologia “monumental”, baseada no estudo das casas antigas ainda existentes. A documentação escrita por vezes mal registra, mediante unidades de medida imprecisas como a “travée” ou o “chas”, as dimensões das casas, evoca a organização do trabalho dos operários da construção ou detalha a distribuição da moradia comum numa cidade como a Paris da Idade Média²⁶. Portanto, é em boa parte a partir dos dados arqueológicos que se pode esboçar, seguindo Simone Roux ou Pierre Chaunu²⁷, os grandes traços de uma evolução da construção no Ocidente: a Idade Média é o tempo da madeira, o que não deve dissimular o legado de monumentos de pedra que nos deixaram os séculos medievais. Urbana ou rural, a casa representada com mais frequência é de madeira. Entretanto, há uma grande distância entre o abrigo semi-escavado da alta Idade Média, feito de traves, galhos e taipa e a casa urbana dos séculos XIV-XV, construída com “madeiros curtos”, obra-prima de car-

pintaria que reúne várias camadas de pequenos elementos indeformáveis e solidamente presos uns aos outros. É sem dúvida na arte do carpinteiro que se encontra o melhor da herança medieval no domínio da construção. A casa pesada, de pedra, símbolo de bem-estar social e elemento essencial do capital, ganha terreno em seguida: isso começa desde o fim da Idade Média, mas sua preponderância se afirma no século XVIII, ainda que não tenha podido conquistar todas as províncias, nem vencer todas as pobreza.

De madeira, depois de pedra, a casa camponesa desenvolve um projeto que se inscreve nos vestígios arqueológicos, depois nos testemunhos etnográficos. Na Alemanha, o cômodo único das origens, como numa divisão celular, agrega a si um quarto que vai assumir uma importância cada vez maior e dotar-se de uma estufa, enquanto o grande cômodo em que se vive se subdivide mais, para dar lugar a um vestíbulo e separar a cozinha da sala de refeições. Na Europa Central e danubiana, a moradia escavada como que projetou para fora outro cômodo a que, em seguida, se une por intermédio de um vestíbulo-cozinha, chegando à tripartição clássica da casa camponesa.

Quanto à casa e à mobília, também é preciso fontes escritas

Além da casa, há a aldeia ou a cidade e, dentro dela, a mobília. Nessas duas perspectivas, o concurso das fontes arqueológicas e dos documentos escritos é indispensável. Os inventários após os falecimentos são insubstituíveis quando se trata da mobília de madeira, reduzida a bem pouca coisa na casa camponesa até os Tempos Modernos: uma mesa, simples tampo apoiado em cavaletes; o baú-banco, móvel de usos múltiplos, ao mesmo tempo assento e armário, ou a arca; e uma cama. Sobre a aldeia ou a cidade, a bibliografia histórica é imensa, mas são bem raros os estudos que põem em evidência a topografia urbana ou aldeã²⁸, os equipamentos coletivos; como também são raros os trabalhos sobre os caminhos e os transportes, com exceção, talvez, da grande navegação marítima, melhor servida pelos documentos das cidades mercantis dos mares do Norte ou do Mediterrâneo.

O vestuário: uma informação riquíssima

A história do vestuário fornece um bom exemplo das dificuldades encontradas, em geral, pelo estudo da cultura material: disparidade das fontes de informação conforme os meios, choque de

influências e de solicitações de todas as ordens, que dão lugar a interpretações apressadas, o pulular dos fatos em que é difícil perceber as linhas mestras. As fontes são, aqui, essencialmente iconográficas; elas abundam. A própria pré-história não carece delas: as gravuras rupestres oferecem ao menos algumas representações humanas. Todavia, embora o vestuário do homem comum não esteja ausente da iconografia, ao contrário do que acontece com a casa, a abundância da informação sobre o vestuário dos meios aristocráticos pode vir a desviar o propósito do historiador para o que é mais excepcional, para os fatos de moda, por exemplo. O vestuário é o ponto de junção de influências extremamente variadas que provêm das técnicas do têxtil (mais do que das técnicas da costura), das estruturas sociais, das trocas e, portanto, da economia, de injunções materiais, impostas pela função, por exemplo (a roupa do operário ou do soldado), das diferenças sexuais que se quer ou não afirmar, das atitudes psicológicas, das ideologias e da política (indumentária revolucionária, por exemplo). O perigo, aqui, é ir depressa demais no trabalho e designar, sem mais espera, um fator responsável pela evolução e pela mudança. A imprevisível mobilidade dos fatos proíbe, é claro, ceder-se a um funcionalismo por tudo desmentido. Até aqui o fato social foi privilegiado, e é certo que o vestuário é um signo social, porém isso explica a mudança apenas numa só dimensão.

Uma multidão de questões: é preciso temperar as respostas

A moda é um fenômeno eminentemente social; mas nos explicarão por que ela não é um fenômeno de todos os tempos e de todos os lugares? Garantem-nos que ela nasce no século XIV no Ocidente, o que não deixa de nos lembrar a ousada afirmação que faz o amor aparecer no século XII. Assim seja. Admitamos o fato. Mas por que, então, somente nessa data? E por que foi preciso esperar o século XVIII para que as modas da cidade chegassem ao campo, em que, aliás, elas se petrificaram nas indumentárias regionais?

Enfim, a história do vestuário é feita de um grande número de pequenos fatos, nos quais é bastante difícil perceber o essencial. Será a distinção entre a roupa larga e a roupa justa? No Ocidente, a primeira caracteriza as civilizações da Antiguidade clássica e a segunda triunfou por volta do século XVI. Todavia, entre essas duas fases, o vestuário associou durante muito tempo os dois tipos de roupas. Será a distinção entre roupa longa e roupa curta? Sempre limitando-nos ao Ocidente, a segunda teria substituído a primeira

no século XIV (também). Na verdade, e não é menos importante, trata-se muito mais do aparecimento de um vestuário que valoriza no homem as formas do corpo e afirma a diferença entre ele e a mulher. Também é possível interessar-se pela distinção que se efetuou progressivamente entre a roupa externa e a roupa de baixo, esta última nascida, talvez, da antiga maneira de se vestir, de um *bliaud* ou uma *cotte e braies*²⁹. Pode-se ainda insistir sobre a uniformização, no século XIX, do vestuário masculino do burguês, um vestuário que mascarava as formas do corpo e vestia os homens com as cores mais escuras e tristes. O aparecimento do colete com barbatanas no século XVI tampouco é um acontecimento menor: durante séculos ele vai proporcionar às mulheres uma silhueta artificial. Mas serão fatos essenciais estes? Não haverá outros? E como decidir, senão retendo os fatos que possuam certa duração e certa universalidade, a “conjuntura longa” na falta da “longa duração”?

Evolução das técnicas

De todos os capítulos de uma história da cultura material, o das técnicas é, desde já, o mais substancial³⁰. É verdade também que ele se acha difuso em todos os outros capítulos, porém conhecemos melhor as técnicas agrícolas do que a alimentação a ela ligada e as técnicas têxteis melhor que o vestuário. É verdade que a história das técnicas pode apoiar-se em vários centros, como o Centro de Pesquisas de História das Ciências e das Técnicas (Centre Alexandre Koyré), o Centro de Documentação de História das Técnicas, o Centro de Pesquisas da História da Siderurgia. Em museus também, como o de Artes e Ofícios (Musée des Arts et Métiers), o Palais de la Découverte, o Museu do Ferro e inúmeros museus especializados no interior, como os de Rouen e de Avignon, consagrados às ferragens, sem falar do mais moderno de nossos museus nacionais, o Museu das Artes e Tradições Populares, em que toda a cultura material se acha envolvida, numa perspectiva ainda insuficientemente histórica, é verdade.

Foram publicadas obras com pretensões enciclopédicas³¹, bem como estudos de dimensões mais limitadas — como o excelente livrinho de Lynn White Junior³² que, na esteira de Marc Bloch, põe em relevo as mutações que o estribo, o moinho de água, a charrua e a roda de fiar impuseram à Idade Média ocidental — e outros, que insistem sobre as relações entre técnica e sociedade³³.

Portanto, foi acumulada uma massa de dados, que, contudo, ainda se organiza com dificuldades. Em particular, onde situar os

grandes marcos fundamentais da história das técnicas? Sem dúvida, eles não são representados pelas invenções, *stricto sensu*. Se aplicarmos aqui o esquema braudeliano dos três tempos da história³⁴, a invenção é, no máximo, da ordem do acontecimento. Necessária à mudança, ela não basta para provocá-la. Ela pode dormir por muitíssimo tempo antes de produzir um efeito qualquer. Importa muito pouco que o moinho de água fosse conhecido na Antiguidade se não tinha, então, um uso regular. Também há invenções que fracassam e devem ser refeitas: os galo-romanos haviam esboçado uma colheitadeira mal adaptada às necessidades da economia rural e que logo foi esquecida. A invenção ou chega na hora, ou espera a sua hora.

Hesita-se em falar de revoluções técnicas

No entanto, entre os movimentos de amplitude variada que agitam o mundo das técnicas, alguns foram considerados mutações maiores, pois que foram chamados de revoluções. O reconhecimento desses grandes momentos de aceleração é ainda mais importante por terem todas as probabilidades de arrastar consigo toda a cultura material. Todavia, vistos mais de perto, têm tendência a se diluir. Os pré-historiadores perderam sua bela segurança ao tratar da “revolução neolítica”: domesticação das plantas, domesticação dos animais, sedenterização e olaria não aparecem mais como necessariamente associadas. Também não se sabe mais que papel representam as técnicas na revolução agrícola da Idade Média: ela é situada nos séculos XI e XII, quando os progressos decisivos — o arado, a ferradura, o estribo, a coalheira e a rotação trienal —, introduzidos desde os tempos carolíngios, cumulam seus efeitos. E o tear a pedal, a roda de fiar, o relógio mecânico, a arma de fogo, que aparecem entre o fim do século XII e o fim do século XIV, serão de menor consequência para a vida material do Ocidente medieval? Quanto à “nova revolução agrícola”, não obstante o desenvolvimento das culturas forrageiras, a rotação quadrienal, a melhoria das raças animais, hoje hesita-se em datá-la e até mesmo em reconhecê-la. A “revolução industrial” é mais evidente, porém igualmente difusa nas décadas dos séculos XVIII e XIX.

Em suma, só resta a certeza de um progresso. Um progresso, contudo, que só é evidente globalmente, para a humanidade tomada em seu conjunto. E o peso das sociedades ocidentais nesse conjunto é considerável. Ele talvez mascare evoluções diferentes, culturas imóveis e até regressões. A própria noção de progresso não

é universal. Algumas sociedades a ignoraram ou a recusaram. Fechando-se a toda e qualquer influência externa, o Japão cultivou com isso, durante séculos, o imobilismo. O caso da China é ainda mais perturbador: depois de ter inventado tudo desde o início da nossa era, em seguida viveu à sombra desses conhecimentos, sem inovar, até ontem. Portanto, intervém aqui outra dimensão, espacial, da cultura material, raramente levada em conta pelos historiadores das técnicas — com exceção de André Leroi-Gourhan —, e aparece a pertinência da noção de “área cultural”³⁵, tão útil em história quanto em etnologia, tão necessária no domínio material quanto no das superestruturas.

CULTURA MATERIAL E ARQUEOLOGIA

Sem dúvida não é por acaso que os arqueólogos dominam, por sua problemática e seus trabalhos, os institutos de história da cultura material da União Soviética ou da Polônia. Na Polónia, o Instituto teve como primeiro diretor Kazimierz Majewski, um especialista em *arqueologia* clássica e agrupa quatro tipos de pesquisadores: arqueólogos da Polónia pré-histórica e medieval, arqueólogos do Mediterrâneo, etnógrafos e historiadores da economia³⁶. A associação dos arqueólogos, dos historiadores e dos etnógrafos responde à necessidade de somar e confrontar três tipos de fontes para escrever a história do passado material. Todavia, tanto as responsabilidades que assumem — o Instituto continua sendo dirigido por um arqueólogo, Witold Hensel —, quanto as publicações que produzem, tudo mostra que os arqueólogos estão em primeiro plano.

Vindos de outros horizontes, os arqueólogos, no início, levaram para a definição do novo domínio preocupações particulares. Interrogaram-se muito sobre as relações entre a cultura material e a *arte*, não sem sentir alguma dificuldade em esvaziar esta da sua problemática. Tendo definido a cultura material como a ciência dos *artefatos* (objetos fabricados), eles se perguntaram que espaço reservar para os objetos de arte e os *realia* (objetos do culto) que, por sua formação, estavam acostumados a levar em consideração primeiro. Essa dificuldade domina a reflexão teórica de Jan Gasirowski, cujos trabalhos, antes ou imediatamente depois da guerra, muito contribuíram para fundar a ciência nova que ele chamava de “*ergologia*”. Gasirowski definia a cultura material como o “conjunto dos grupos de atividades humanas que correspondem a uma finalidade consciente e possuem um caráter utilitário realizado em objetos materiais”. Tal definição pareceria dever afastar tudo o que

se relaciona com a arte ou o cultural. No entanto, ela intervém num estudo consagrado à relação entre a arte e a cultura material. Simples problema de fronteira entre duas pesquisas? Talvez, mas que não se deixa solucionar tão facilmente assim. As obras de arte têm um suporte material e são produzidas, às vezes, com o auxílio de ferramentas e técnicas que não são radicalmente diferentes das utilizadas pelas outras atividades humanas. Até mesmo os objetos utilitários têm uma potencialidade estética que prende os etnólogos quando eles falam de arte popular. Devia-se recordar isso antes de sublinhar que os objetos materiais constituem a articulação entre um tema de pesquisas, a cultura material e um método, o método arqueológico.

De fato, parece que, de um lado, a arqueologia seja a via de aproximação privilegiada para o estudo da cultura material do passado e que, de outro, esse estudo seja o melhor objetivo que se possa atribuir à pesquisa arqueológica.

O escrito e o objeto

Ligado à história, o estudo da cultura material logo chocaria numa barreira intransponível, se se limitasse à exploração das fontes propriamente históricas: os documentos escritos. As fontes escritas se rarefazem bem depressa — na escala do passado — à medida que remontamos no tempo, até desaparecerem totalmente. Só permanecem, então, os vestígios materiais, os mesmos que podem dar informações acerca da cultura material e que também são documentos da arqueologia. Cumpre acrescentar que essa barreira do escrito é mais baixa para a vida material do que para qualquer outro domínio da história. Na época em que a escrita é rara, em que ela é o privilégio da minoria, em que sua raridade a valoriza a ponto de conferir-lhe um caráter quase sagrado, os fatos que ela registra não são aqueles de que se nutre a história da cultura material. O letrado evita se atardar no que consideraria um falatório inócuo: descrever o que seu leitor conhece perfeitamente por estar presenciando, o que é familiar a todos por ser cotidiano. E que há de mais familiar, de mais cotidiano, do que aqueles gestos, aqueles objetos, aqueles usos que constituem a cultura material? E se, por acaso, o letrado é levado a mencionar alguns desses objetos, o faz com uma palavra, uma palavra que fornece ao historiador menos informações do que questões. Quando o redator do políptico de Irminon, no século IX, quando Suger, no século XII, escrevem “carruca”, que instrumento designam assim? Acaso pensam no mesmo? Trata-se

sem dúvida de um instrumento aratório provido de um eixo dianteiro com rodas; mas poderá tratar-se de um arado de rodas ou uma verdadeira charrua provida de uma relha e de uma aiveca? Ainda se discute a esse respeito. Cogite-se também no barco viquingue: ele não está ausente dos documentos escritos. Ele anima as metáforas dos poemas escaldos que o chamam de "longa viga marítima" ou "esqui dos quebra-mares". É objeto de freqüentes menções nas sagas. Entretanto, esses documentos apenas exaltam suas qualidades, do mesmo modo que os documentos iconográficos só evocam uma silhueta. Tudo o que se sabe da construção naval entre os escandinavos deve-se às sepulturas de embarcação ou aos barcos naufragados nos fiordes, à arqueologia portanto.

Por outro lado, se a cultura material se exprime em e por objetos, a arqueologia tem a ver com ela. A arqueologia também pode ser definida como a ciência dos objetos. Contanto, é claro, que o termo objeto seja entendido de maneira bastante ampla para englobar as construções e a terra revolvida; contanto, também, que se afaste o objeto isolado ou as coleções arbitrárias. A arqueologia desvenda vestígios relacionados a outros elementos, associações de fatos, os mesmos que a cultura material estrutura. Além disso, através dos objetos é do homem que ela trata. "As coisas e os homens" também poderia ser o programa da arqueologia.

Claro, não há uma adequação total entre cultura material e arqueologia. Um vaso não é apenas uma técnica e uma função utilitária. Ele também corresponde — por sua forma, eventualmente por sua decoração — a escolhas que não são mais de ordem infra-estrutural; ademais, ele pode ter uma significação social e pode ser testemunha de um sistema de relações econômicas. Não há qualquer razão para que a análise da arqueologia recuse esses desdobramentos. No entanto, é um fato que, revelando vestígios concretos, a arqueologia fica mais à vontade no domínio material. Só aí ela obtém alguma segurança. Só aí ela atinge algumas evidências. Fora da cultura material, a parte da interpretação aumenta e, com ela, a relatividade dos resultados.

Nova perspectiva entre os pré-historiadores

Desde o início, desde Boucher de Perthes, o estudo das sociedades pré-históricas e de sua evolução baseou-se na análise dos móveis e das técnicas. Faz pouco tempo, porém, que os pré-historiadores fazem uso do termo de "cultura material"³⁷ e, se bem que definam as culturas pelo material, não faz tanto tempo assim que

elevam suas ambições até a reconstituição de conjuntos culturais de certa amplitude. Até então só era levado em conta um pequeno número de elementos técnicos considerados significantes e representativos de uma cultura: instrumental lítico, depois cerâmica, depois armas de metal. E esses móveis, longamente analisados por eruditas tipologias, desempenhavam o papel de marcos cronológicos, de testemunhos das migrações humanas e das evoluções técnicas, numa perspectiva essencialmente estratigráfica e vertical. Em lugar dessa, começa-se a preferir uma perspectiva "horizontal", e acrescenta-se hoje à visão do historiador a do etnólogo. À jazida arqueológica, conceito vago que evoca uma ocupação humana maldefinida, substitui-se o habitat. Em Pincevent³⁸, a equipe de André Leroi-Gourhan dedica-se a reconstituir o espaço habitado e sua organização, construção, lares, áreas de trabalho, áreas de repouso, zonas de circulação, e à reconstituição das atividades domésticas e industriais e de alimentação. Aí, como em Terra Amata ou na gruta do Hortus (Henry de Lumley), toda a vida material de um grupo humano, numa etapa da sua perpétua migração, renasce da microanálise dos vestígios relacionados, não só dos instrumentos, mas também dos resíduos de fabricação e dos restos de refeições, dos testemunhos mais fugazes das atividades e dos deslocamentos.

A cultura material, subproduto das manifestações artísticas na arqueologia clássica?

A arqueologia clássica não podia ignorar totalmente a cultura material, porém só a abordou ao acaso de empresas dotadas de uma finalidade totalmente diferente, e a própria noção permaneceu amplamente estranha a suas preocupações. A arte, inclusive em suas formas mais degradadas — basta pensar na decoração estereotipada da cerâmica sigilada —, as crenças, representadas pelos monumentos do culto e os testemunhos dos ritos funerários, a organização política sob suas manifestações materiais, o urbanismo e a malha viária, foram e continuam sendo os objetivos essenciais de uma pesquisa que, ao contrário da arqueologia pré-histórica, define as civilizações por seus aspectos superestruturais. Só mais tardiamente a economia veio juntar-se aos outros temas, por intermédio das técnicas e dos testemunhos das trocas. Se, apesar de tudo, a vida material não está ausente dos trabalhos da arqueologia clássica, é porque constitui uma parte relativamente importante dos temas da arte antiga — basta pensar nas pinturas dos túmulos etruscos ou nas cenas figuradas nos vasos antigos. É também porque não se podiam

estudar os monumentos e as obras de arte sem se interessar pelas técnicas que os produziram. Enfim, é porque mesmo os objetos estéticos, como os vasos, podem ter uma função utilitária.

Mas que singular idéia da vida material da Antiguidade teríamos através dos museus de arqueologia que colocam lado a lado os testemunhos do luxo aristocrático e os produtos de uma arte industrial, verdadeiro kitsch valorizado apenas pela arqueologia! Uma idéia falsa também porque o modo de vida das massas antigas está ausente ou só faz, ao acaso das figurações artísticas, uma tímida aparição que a esmagadora preponderância das classes dominantes logo leva a esquecer.

O exemplo da arqueologia eslava

A arqueologia medieval também não deixou de infligir uma distorção semelhante à civilização que estuda, dirigindo-se primeiro aos vestígios mais prestigiosos. Ainda atesta isso o grande número de livros e de museus consagrados à civilização medieval, em que as catedrais e os castelos, os marfins e os esmaltes, bem como o ouro das miniaturas e dos cibórios ocupam todo o espaço. No entanto, é sem dúvida na arqueologia medieval que encontramos as orientações mais afirmadas e as empresas mais numerosas no sentido da cultura material. Como explicar isso? Provavelmente por uma atenção mais acentuada para com as pesquisas históricas de parte dos praticantes de escavações, muitos deles provenientes da história. Pelo exemplo eslavo também, embora não seja o único a influir: os medievalistas, ao tomarem emprestado dos historiadores os métodos mais finos, também tomaram emprestada boa parte da problemática deles.

Em todo caso, a arqueologia eslava convenceu por seus sucessos. Seria exagero afirmar que a busca do espetacular e certas preocupações nacionalistas não tiveram parte alguma em suas empresas. Mas, enfim, os objetivos atribuídos a programas inspirados pelo marxismo não foram perdidos de vista. Fortemente organizada e dotada de meios poderosos, a arqueologia eslava pesquisou, com menor frequência do que os monumentos, sítios de aldeias e de cidades, sobretudo de cidades³⁹: bairros inteiros foram trazidos à luz, com as ruas, as modestas moradias dos habitantes dos subúrbios e as tendas dos artesãos, como aquela oficina de sapateiro de Novgorod que continha milhares de pedaços de couro, vários calçados e a bacia em que as peles eram peladas com cal viva, ou como o “estúdio” de Kiev, casa de um ourives, abandonada no momento

da tomada da cidade pelos mongóis em 1240 e em que a panela ainda estava no fogão com a colher de pau enfiada na papa de farinha. Várias Pompéias pois, mas interrogadas cientificamente de acordo com uma investigação sistemática baseada nos métodos de análise mais modernos e nos trabalhos de laboratório, como os que em Poznan são consagrados à paleobotânica, ou em Lodz ao estudo dos tecidos antigos.

E as condições particulares de conservação, proporcionadas com frequência pelos solos úmidos dos países eslavos, possibilitaram a reconstituição de uma verdadeira civilização da madeira, de que são feitos não só os utensílios domésticos e as armas, como também as casas construídas com vigas empilhadas, as ruas, edificadas com cercas de ripas ou tábuas, as muralhas com mais de dez metros de altura, em que se empilham anteparos de pranchões ou poderosos caixões cheios de terra. A arqueologia também reconstituiu a evolução das técnicas, da metalurgia que explora precocemente as jazidas de ferro das turfeiras, da agricultura que utiliza instrumentos aratórios de relha revestida de ferro desde o início da nossa era e que conheceria o emprego generalizado da charrua desde os séculos V e VI. Os resultados, impressionantes por sua quantidade e sua novidade, já estão sintetizados e acessíveis no livro de Witold Hensel sobre a cultura material dos eslavos⁴⁰ ou através das publicações dos congressos de arqueologia eslava de Varsóvia (1965) e Berlim (1967).

Da arqueologia medieval à arqueologia industrial

No Ocidente, a arqueologia urbana nem sempre se limita à escavação dos monumentos religiosos. Nos sítios dos grandes portos dos mares do Norte (Birka, Skiringsal, Hedeby, Dorstad), ou ainda em Winchester e York, ela desencava as moradias, os testemunhos das atividades comerciais e artesanais e os vestígios da organização do espaço. Entretanto, é sobretudo a arqueologia da aldeia que beneficia a história da cultura material: como esquecer que os camponezes constituíam a imensa maioria das populações medievais? A arqueologia da aldeia — da qual não se pode separar uma arqueologia agrícola que estuda os campos fósseis — já existe desde há algum tempo na Alemanha, onde começou com a escavação dos habitats da alta Idade Média, em que são vizinhas estreitas habitações cavadas no solo e grandes e compridas casas de madeira e taipa. No entanto, ela se desenvolveu depois da guerra, voltando-se também para aldeias do fim da Idade Média, que revelam casas construídas mais solidamente, às vezes de pedra, ou até de alvenaria, em alguns

casos dotadas de um andar, e que anunciam a casa tradicional descrita pela etnografia⁴¹. Na Inglaterra, a pesquisa foi favorecida pela amplitude do movimento das *enclosures** que esvaziou de seus habitantes várias aldeias e fossilizou seus vestígios sob a relva dos pastos de carneiros: foi escavada mais de uma centena de sítios aldeões que permitem reconstituir a evolução dos habitats e relacionar os tipos e as dimensões das casas aos níveis sociais⁴². As técnicas, o instrumental agrícola e o equipamento doméstico são um pouco menos bem contemplados pelas publicações, tidas geralmente como preliminares, e aguardam pesquisas mais pacientes, porém já iniciadas.

Nos países latinos, a arqueologia medieval não foi acolhida sem reticências por meios estudiosos, que nem sempre querem admitir que uma documentação essencialmente dominial e fiscal, a serviço dos interesses das classes dominantes, não baste para escrever a história material das massas rurais ou urbanas⁴³. Os países anglosaxões, em que o respeito pelas tradições se alia ao gosto pelas iniciativas provocadoras, viram surgir e desenvolver-se rapidamente uma arqueologia pós-medieval e uma arqueologia industrial. A insuficiência das fontes escritas não vale apenas para a Idade Média. Constata-se inclusive que, muito embora a casa camponesa do fim da Idade Média, pelo menos em algumas regiões, seja relativamente bem conhecida graças às escavações de aldeias, não se sabe como ela evolui em seguida. A casa dita tradicional é, em parte, um engodo; em todo caso, a tradição jamais aparece, nem antiga, nem imutável.

Na América do Norte, pode-se creditar à arqueologia pós-medieval a escavação dos primeiros estabelecimentos da colonização, em que o modo de vida importado da Europa se acha modificado pelas condições diferentes e pelas injunções do novo meio. A arqueologia industrial⁴⁴, que não recorre à escavação, propõe-se conservar e estudar os vestígios das manufaturas da primeira era industrial, ou oficinas mais recentes: a história das técnicas e das condições de trabalho só pode se enriquecer com o testemunho concreto deixado pelas instalações e pelos equipamentos do capitalismo industrial. Na França, onde há muito que fazer nesse domínio e onde a indústria deixou vastos conjuntos monumentais, como as salinas de Arc-et-Senans ou a cidade manufatureira de Villeneuve, perto de Clermont-l'Hérault, a realização do ecomuseu de Creusot obedece à mesma inspiração⁴⁵.

* Técnica empregada pelos grandes proprietários ingleses do século XVIII, que consistia em cercar suas terras, pondo fim ao *openfield* (campo aberto). (N.T.)

Projeto de uma história da cultura material

Apesar da quantidade de trabalhos que, deliberadamente ou não, lhe são consagrados, apesar desse segundo fôlego que a arqueologia lhe deu, a história da cultura material permanece uma pesquisa jovem, de estatuto maldefinido e que não termina de nascer. Ela ainda não aperfeiçoou seus procedimentos e ainda se revela incapaz de síntese. No livro de Witold Hensel sobre a cultura material dos eslavos, completíssimo, porém falta um capítulo, precisamente o que seria consagrado a definir a cultura material dos povos da alta Idade Média: imagina-se que ela seja outra coisa que a adição dos elementos que a compõem. Ainda se continua no plano descritivo, na coleta de fatos. Para ser verdadeiramente científica, a história da cultura material deveria, sem dúvida, chegar a certo nível de abstração, deveria ser capaz de individuar as coerências que estruturam uma cultura.

No entanto, ela já realizou alguns progressos nesse caminho, como atestam o livro de Fernand Braudel ou o de Jacques Le Goff, que individua algumas linhas de força na vida material do Ocidente medieval: um progresso técnico mais quantitativo do que qualitativo, em que a energia animal e a energia hidráulica vêm aliviar a energia humana, que, não obstante, permanece fundamental; a posse das cinco “cadeias cinemáticas” (nível técnico) — parafuso, roda, excêntrico, lingüeta, polia — a que a Idade Média acrescenta a manivela; um mundo da madeira em que, ao mesmo tempo, o trabalho da pedra e do ferro se acham valorizados, mas que destrói suas reservas com os desbravamentos; uma agricultura que permanece em parte nômade (pousio, desbravamentos temporários) e que nada acrescentou ao capital das plantas alimentares; um universo da fome, em que a humanidade permanece totalmente vulnerável em face das catástrofes naturais e das epidemias... Todavia Jacques Le Goff não propõe esses traços dominantes da cultura material sem relacioná-los a atitudes mentais (o horror às novidades), a fenômenos demográficos, a estruturas socioeconômicas. Seus ritmos, a história da cultura material ainda dificilmente encontra em si mesma. A multidão dos pequenos fatos que a constituem precisa, para se organizar, tomar emprestado alhures os elementos capazes de estruturá-los.

Não parece que a história da cultura material tenha de fato construído seu projeto. Carandini lembra que, para Marx, os vestígios dos meios de trabalho — portanto, aproximadamente, a cultura material — têm a mesma importância para o estudo das formações sociais desaparecidas do que os vestígios osteológicos apresentam pa-

ra o conhecimento da organização das espécies animais extintas. Eis uma bela missão: descobrir, através da cultura material, as relações sociais e os modos de produção das sociedades do passado.

Contudo, a comparação com os procedimentos da paleontologia parece mais sedutora do que pertinente. Aparentemente, a cultura material ainda não encontrou seu Cuvier. Ainda que os arqueólogos dos países socialistas tenham se esforçado por corresponder à expectativa marxista, seu subsídio para a história da origem dos Estados parece mais evidente do que sua contribuição para a história da organização social. Não podemos nos impedir de achar demasiadamente forçadas as relações às vezes estabelecidas entre o feudalismo e determinada descoberta concreta, como o fato de que as vastas muralhas dos *grods* poloneses eram elevadas de uma só vez por uma mão-de-obra numerosa repartida em equipes; ou como o empobrecimento qualitativo dos vestígios alimentares em determinado bairro de Gdansk, interpretado como a prova da sujeição dos habitantes a uma aristocracia. Quanto ao mais, a análise não iria muito longe; seu coroamento, o feudalismo, estava sem dúvida pressuposto.

Outros, como vimos, atribuiriam de bom grado à história da cultura material uma missão ainda mais elevada: não mais testemunhar a mudança socioeconômica, mas explicá-la — é o caso da escola antropológica americana. Porém, interpretar nesse sentido as relações entre o fato técnico e o fato econômico ou social é, antes de mais nada, um problema de ideologia. A interpretação inversa é igualmente admissível.

A cultura material coloca o homem novamente no primeiro plano

Então, a história da cultura material está condenada a ser apenas uma “retórica da curiosidade”? Talvez, mas nem por isso se mostrará menos necessária, porque apresenta o interesse de reintroduzir o homem na história, por intermédio da vivência material. Poderá a história satisfazer-se com descobrir a dinâmica das relações sociais e desvendar as engrenagens econômicas? Parece igualmente legítimo tentar apreender a condição material dos homens envolvidos por essas relações e presos nessas engrenagens. Não entrava no projeto da história econômica e social esquecer o homem, muito pelo contrário; contudo, seja por culpa dos documentos, seja por se ter deixado absorver pelo jogo dos mecanismos, pela pesquisa de leis ou de estruturas, aconteceu-lhe ceder à tentação da abstração. A própria história rural muita vez negligenciou a aldeia e seus habitantes.

dedicando toda a sua atenção para o estudo dos domínios, dos lucros senhoriais, da produção dos cereais e do vinho.

À força de estudar o preço dos grãos, por vezes esqueceu-se os que os consumiam. Mesmo se admitirmos que a história é a história de uma longa exploração do homem pelo homem, será indiferente saber-se o que isso significou concretamente para o explorado? É o que a história da cultura material proporciona: as condições de trabalho, as condições de vida ou a margem entre as necessidades e sua satisfação. E já que ela é a história dos grandes números e da maioria dos homens, é em primeiro lugar o explorado que ela coloca em primeiro plano.

Jean-Marie Pesez

Notas

1. A. Carandini, *Archeologia e cultura materiale. Lavori senza gloria nell'antichità classica* (Bari, De Donato, 1975); D. Moreno e M. Quaini, “Per una storia della cultura materiale”, *Quaderni storici*, 31, 1976.
2. R. Bucaille e J.-M. Pesez, “Cultura materiale”, *Enciclopedia Einaudi*.
3. M. Serejski, “Les origines et le sort des mots ‘civilisation’ e ‘culture’ en Pologne”, *Annales E.S.C.*, nov.-dez. de 1962.
4. R. Quenedey, *L'habitation rouennaise, étude d'histoire, de géographie et d'archéologie urbaines* (Rouen, 1926). Lefebvre des Noettes: *L'attelage et le cheval de selle à travers les âges* (Paris, 1931).
5. M. Bloch, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (Oslo e Paris, 1931); “Avènement et conquête du moulin à eau” e “Les inventions médiévales”, *Annales d'histoire économique et sociale*, t. VII, 1935.
6. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (Paris, A. Colin, 1949).
7. *Civilisation matérielle et capitalisme*, (Paris, A. Colin, 1967). Publicação reproduzida no tomo 1 de *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV^e-XVIII^e siècles* (Paris, A. Colin, 1979).
8. F. Furet e J. Le Goff, “Histoire et ethnologie”, *Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel* (Toulouse, Privat, 1973), t. II.
9. Edição francesa *La théorie économique du système féodal* (Paris-Haia, Mouton, 1970).
10. *La crise du féodalisme*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1976).
11. T. I, *L'homme et la matière*, 1943 e 1972; t. II, *Milieu et techniques* (Paris, Albin Michel, 1945 e 1973).
12. E. Le Roy Ladurie, *Histoire du climat depuis l'an mil* (Paris, Flammarion, 1967); J.-N. Biraben, *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, t. I (Paris-Haia, Mouton, 1975); J.-J. Hemardinquer, M. Keul, W. G. L. Randles, *Atlas des plantes vivrières*; J.-P. Aron, *Le mangeur du XIX^e siècle* (Paris, R. Laffont, 1973); S. Roux, *La maison dans l'histoire* (Paris, Albin Michel, 1976); Y. Deslandres, *Le costume, image de l'homme* (Paris, Albin Michel, 1976).
13. *La civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, Arthaud, 1964.

14. G. Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*, 2 vol. (Paris, Aubier, 1962). G. Duby e A. Wallon, org., *Histoire de la France rurale*, 4 vol. (Paris, Le Seuil, 1975). R. Fossier, *Paysans d'Occident (XI^e-XIV^e siècles)* (Paris, PUF, 1984).
15. *La vie quotidienne pendant la guerre de Cent Ans. France et Angleterre* (Paris, Hachette, 1976).
16. P.-J. Helias, *Le cheval d'orgueil* (Paris, Plon, 1975); H. Vincennot, *La vie quotidienne des paysans bourguignons au temps de Lamartine* (Paris, Hachette, 1976).
17. E. Le Roy Ladurie, *Montaillou, village occitan, de 1294 à 1324* (Paris, Galimard, 1975).
18. *Pour une histoire de l'alimentation* (apresentado por J.-J. Hemardinquer) (Paris, A. Colin, 1970).
19. Devemos mencionar aqui as pesquisas do Institut für Mittelalterliche Realien Kunde Österreichs da Academia Austriaca de Ciências, e os colóquios que este instituto organiza, por exemplo, *Adelige Sach Kultur des Spätmittelalters*, Viena, 1982.
20. A. Rapoport, *Pour une anthropologie de la maison* (Paris-Bruxelas-Montreal, Dunod, 1972).
21. G. Bertrand, "Pour une histoire écologique de la France rurale" em Duby e Wallon, *Histoire de la France rurale*, t. I (Paris, Le Seuil, 1975).
22. M. D. Grmek, "Préliminaires d'une étude historique des maladies", *Annales E.S.C.*, nov.-dez. de 1969.
23. J.-P. Aron, P. Dumond e E. Le Roy Ladurie, *Anthropologie du conscrit français d'après les comptes numériques et sommaires du recrutement de l'armée, 1819-1826* (Paris-Haia, Mouton, 1972).
24. R. Dion, *Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^e siècle* (Paris, 1959).
25. L. Stouff, *Ravitaillement et alimentation en Provence aux XIV^e et XV^e siècles* (Paris-Haia, Mouton, 1970).
26. *La construction au Moyen Âge, histoire et archéologie* (Paris, Les Belles-Lettres, 1973). *Architectures de terre et de bois. L'habitat privé des provinces occidentales du monde romain. Antécédents et prolongements: protohistoire, Moyen Âge, et quelques expériences contemporaines* (J. Lasfargues, org.), Paris, DAF, 1985. *Pierre et métal dans le bâtiment au Moyen Âge* (O. Chapelot e P. Benoît, org.), Paris, EHESS, 1985.
27. J.-P. Bardet, P. Chaunu, G. Deserti, P. Goubier e H. Neveux, *Le bâtiment, enquête d'histoire économique, XIV^e-XIX^e siècles* (Paris-Haia, Mouton, 1971).
28. F.-J. Himly, *Atlas des villes médiévales d'Alsace*, 1970.
29. *Bliaud*: túnica usada por cima da *cotte* (espécie de camisa) [cota ou gibão] e das *braies* [bragas], que eram calções.
30. M. Dumas, *L'histoire des techniques, son objet, ses limites, ses méthodes*, 1969.
31. B. Gille, *Histoire générale des techniques* (Presses Universitaires de France, 1962); C. Singer, E. J. Holmyard, A. R. Hall e T. I. Williams, *A History of Technology*, 5 vol. (Oxford, 1954).
32. L. White, *Technologie médiévale et transformations sociales* (Paris-Haia, Mouton, 1969).
33. D. Furia e P.-C. Serre, *Techniques et sociétés* (Paris, Armand Colin, 1970).
34. Para F. Braudel, a história tradicional é atenta ao tempo curto, ao acontecimento; a história econômica e social, aos ciclos e à conjuntura; a história nova, à longa, e mesmo à longuíssima duração (as estruturas). F. Braudel, "La longue durée", in *Écrits sur l'histoire* (Paris, Flammarion, 1969).
35. Conjunto cultural que abrange toda uma região do globo, a "área cultural" é definida por determinado número de critérios técnicos, socioeconômicos, religiosos, lingüísticos...

36. T. Wasowicz, "L'histoire de la culture matérielle en Pologne", *Annales E.S.C.*, jan.-fev. de 1962.
37. J. Guilaine, *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen* (Paris-Haia, Mouton, 1976).
38. A. Leroi-Gourhan e M. Brezillon, *Fouilles de Pincevent, essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien* (Paris, éd. du CNRS, 1972).
39. Sob a direção de P. Francastel, *Les origines des villes polonaises* (Paris, 1960).
40. W. Hensel, *Os eslavos da alta Idade Média. Sua cultura material* (Varsóvia, 1956) [em polonês].
41. "Archeologia e geografia del popolamento", *Quaderni storici*, 24, 1973.
42. M. Beresford e J. Hurst, *Deserted Medieval Villages* (Londres, 1972).
43. Note-se, porém, a publicação, a partir de 1971, da revista *Archéologie Médiévale*, e a partir de 1974 de *Archeologia Medievale*. Escavações em sítios de aldeias medievais foram publicadas recentemente: G. Démians d'Archimbaud, *Les fouilles de Rougiers*, Paris, CNRS, 1980; J.-P. Peséz (org.), *Brucato, histoire et archéologie d'un habitat médiéval en Sicile*, Roma, École Française de Rome, 1984.
44. R. A. Buchanan, *Industrial Archaeology in Britain*, 1972.
45. "Premiers éléments d'archéologie industrielle sur le territoire de la communauté urbaine Le Creusot-Monceau".

JEAN-MARIE PESEZ

Nasceu em 1929, *agregé* de história, diretor de estudos na EHESS, diretor-adjunto do Centre d'Histoire et d'Archéologie Médiévale de Lyon II. Dirige, no Museu das Artes e Tradições Populares, a equipe de "Antropologia da aldeia medieval".

Arqueólogo, dirigiu várias escavações em sítios de aldeias e castelos medievais na Borgonha, Grécia e Sicília, bem como a publicação dessas pesquisas.